

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas
N.º 2 de Évora
ÉVORA

05 a 07 nov.
2011

Delegação
REGIONAL
do Alentejo
da IGE



1 – INTRODUÇÃO

A **Lei n.º 31/2002**, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A Inspeção-Geral da Educação (IGE) foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (**Despacho n.º 4150/2011**, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a IGE está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no **Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007**, de 31 de julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas N.º 2 de Évora – Concelho de Évora**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre **05 e 07 de Novembro de 2011**. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, bem como o JI do Bairro Garcia de Resende, a EB1 do Rossio de São Brás e a EB1/JI da Vendinha.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** serão disponibilizados na [página da IGE](#).



2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas n.º 2 de Évora fica situado na cidade de Évora, concelho e distrito com o mesmo nome. É composto pela Escola Básica de André de Resende, onde se encontra sediado, pelos jardins de infância dos bairros de Sto. António e de Garcia de Resende, pelas escolas básicas do 1.º ciclo do Rossio de S. Brás, dos bairros do Chafariz d'El Rei, da Câmara e da Comenda e da Avenida Heróis do Ultramar e pela Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância de Vendinha.

No presente ano letivo, o Agrupamento integra 70 crianças na educação pré-escolar (4 grupos) e 1354 alunos no ensino básico, distribuídos 571 pelo 1.º ciclo (26 turmas), 358 pelo 2.º ciclo (15 turmas) e 425 pelo 3.º ciclo (18 turmas). Destes, 19 são de turmas de percursos curriculares alternativos e 12 da turma do programa integrado de educação e formação. À oferta do ensino básico, acrescem os cursos de educação e formação de Jardinagem e Espaços Verdes e de Proteção e Prestação de Socorros, com 11 e 24 formandos, respetivamente, e de educação e formação de adultos, com 14.

A instituição escolar caracteriza-se por uma uniformidade cultural, dado que apenas 4% da população escolar pertence a outras nacionalidades, sendo 2% oriunda do Brasil.

No âmbito da Ação Social Escolar, não beneficiam dos auxílios económicos 75% dos discentes. No que concerne às tecnologias de informação e comunicação, 45% dos alunos possuem computador, dos quais 38% com ligação à internet.

Constata-se que 75% dos professores pertencem ao quadro de agrupamento e apenas 18% são contratados, o que denota a estabilidade do corpo docente. A experiência profissional é significativa, pois 81% lecionam há 10 ou mais anos. O mesmo ocorre com o pessoal não docente, uma vez que, dos 60 trabalhadores, 47% também têm 10 ou mais anos de serviço.

Os pais exercem atividades profissionais muito diversificadas, desempenhando 19% funções de nível superior e intermédio. Por outro lado, 31% detêm formação académica de grau secundário ou superior.

No ano letivo de 2010-2011, para o qual existem referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento situam-se, em termos genéricos, acima dos valores medianos nacionais. São os casos da idade média dos alunos e da percentagem dos que não são abrangidos pela Ação Social Escolar, demonstrativos de um percurso escolar regular e de uma realidade socioeconómica vantajosa. Saliente-se a elevada assiduidade do pessoal docente, comparativamente com a do pessoal não docente, esta ao nível da mediana nacional.

3- AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

A importância conferida ao sucesso educativo das crianças e dos alunos está refletida nas metas e nos objetivos fixados no projeto educativo, que decorre do plano de ação apresentado pela atual diretora. Os resultados escolares são analisados, com periodicidade, nos conselhos geral e pedagógico, nos departamentos curriculares e nos conselhos de turma e de ano, sendo alvo de tratamento e de estudo por parte da equipa de avaliação interna AVAL.I.A.R. Esta reflexão tem conduzido à implementação de propostas de melhoria, ao nível da definição de medidas e de estratégias de diferenciação pedagógica, e de percursos formativos alternativos.



Atentas as variáveis de contexto de natureza socioeconómica e cultural, tidas globalmente pela comunidade educativa como favoráveis, verifica-se que, no ano letivo de 2009-2010, a taxa de conclusão dos 4.º e 6.º anos ficou dentro do *valor esperado*, enquanto a de 9.º ano se situou *aquém* do mesmo indicador. Contudo, neste ano de escolaridade, a percentagem de alunos com classificações positivas nos exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática correspondeu ao que seria o *esperado*.

Em face dos dados referentes ao ano letivo transato, dos 1308 alunos que frequentaram o ensino básico, 4,4% não progrediram. As taxas de transição médias, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, ultrapassaram os indicadores nacionais.

Nas provas de aferição de Língua Portuguesa e de Matemática, de 4.º e de 6.º ano, a percentagem de níveis positivos (Muito Bom, Bom e Satisfaz), em 2009, 2010 e 2011, foi superior à média nacional, em ambas as disciplinas, à exceção do que sucedeu, no último ano, na de Matemática de 4.º ano.

Nos exames nacionais do ensino básico, as médias dos alunos, apesar de inferiores ao nível três, em Língua Portuguesa (2011), e em Matemática (2010 e 2011), ficaram, contudo, acima das nacionais, igualando somente, em Matemática, no ano de 2010. Alguns pais manifestaram o seu desagrado, dado o tempo a decidir pela escola ter sido direcionado para atividades de acompanhamento e estudo e não para o reforço naquelas disciplinas em que as classificações foram menos satisfatórias.

O fortalecimento da articulação pedagógica entre os níveis de educação e de ensino, a reflexão sobre os desempenhos académicos, a implementação de apoios, de tutorias e de salas de estudo, a adesão a projetos e o alargamento da oferta educativa a turmas de percursos curriculares alternativos e de programa integrado de educação e formação (PIEF) e a cursos de educação e formação são fatores explicativos dos resultados escolares, tidos como positivos por vários interlocutores. A última medida, para além de contribuir para a diminuição do insucesso escolar, relegou o abandono escolar para valores residuais. A dinâmica das bibliotecas escolares, como polos de valorização da língua portuguesa, e enquanto ferramenta transversal à aquisição de competências nos domínios da leitura e da escrita, é também uma vertente relevante, se bem que não existam dados concretos sobre o seu impacto no processo de aprendizagem.

RESULTADOS SOCIAIS

Embora não tenham participado na elaboração dos documentos estruturantes, os alunos, representados pelos seus delegados de turma, reúnem, no início do ano letivo e trimestralmente, com a diretora para a abordagem de questões relacionadas com o projeto educativo, a organização e o funcionamento do Agrupamento e com os projetos em desenvolvimento (*p.e: Parlamento dos Jovens*) e dão sugestões sobre assuntos do seu interesse. A formação cívica constitui-se como um espaço privilegiado de auscultação sobre as atividades da escola, de debate de aspetos do regulamento interno e de problemas da turma, mormente aqueles que se prendem com o comportamento e as atitudes, para além da definição de normas de conduta. O clima vivenciado pauta-se por relações de respeito mútuo e de proximidade, não obstante as situações de indisciplina serem uma preocupação geral, tendo merecido, como objeto de estudo, a atenção da equipa de avaliação interna AVAL.I.A.R. Todavia, cerca de 15% de docentes e de 13% de pais e encarregados de educação de alunos do ensino básico inquiridos nesta avaliação externa têm a opinião de que os problemas de indisciplina não são bem resolvidos.

Os alunos, no Clube Solidário, colaboram, de modo empenhado e voluntário, em diversas campanhas de solidariedade, de que se destacam a recolha de brinquedos e de roupas, destinados a instituições como o *Chão dos Meninos* e a *CÁRITAS*, a visita a lares de terceira idade e a participação em ações do *Banco Alimentar*. O seu envolvimento, em múltiplas iniciativas, com ênfase nos projetos *Eco-Escolas*, *Évora Cidade Educadora*, *Parlamento dos Jovens*, *Escola-Eletrão*, *Olimpíadas da Matemática* e *Projeto aLer +*, e em atividades insertas no plano anual de atividades concorre para a valorização das dimensões cívicas, culturais e experimentais e para a interação com a comunidade.



RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A direção procura afirmar o Agrupamento como uma instituição de referência, em conformidade com o lema *rumo à excelência*, para o que contribuem os desempenhos alcançados pelos alunos, os projetos e as atividades em curso, a oferta educativa, as parcerias e os protocolos estabelecidos, que permitem à organização adquirir visibilidade e granjear o reconhecimento externo da comunidade. Neste aspeto, a autarquia salienta a predisposição da organização para acolher os desafios do exterior, apropriando-se dos mesmos como oportunidade de melhoria.

Os pais e encarregados de educação mostram-se agradados com o funcionamento do Agrupamento, a qualidade do ensino ministrado e com os resultados escolares, como o confirmam os dados dos questionários de satisfação. Consideram que as avaliações são justas, embora demonstrem desconhecimento das ponderações de cada um dos domínios dos critérios de avaliação. Estão satisfeitos com a forma como os seus educandos são tratados e com a abertura da direção, relevando, substantivamente, a disponibilidade dos diretores de turma. Já as instalações, em especial as da escola-sede, merecem um reparo crítico por as suas condições físicas não serem as mais adequadas, em termos de conforto, tal como expresso por alunos e trabalhadores.

Por seu lado, os alunos enfatizam o modo como os professores os ensinam e os tratam e a justeza das avaliações. Os trabalhadores aludem, também, à disponibilidade da direção e à forma como esta partilha competências e responsabilidades e gere conflitos. No entanto, ressaltam algumas debilidades nos circuitos de comunicação interna.

Como reconhecimento do sucesso dos discentes, o regulamento interno prevê a entrega de *prémios de mérito*, de natureza simbólica, aos alunos que se distingam pelos seus resultados escolares, que demonstrem atitudes exemplares ou que desenvolvam iniciativas de cariz solidário. Para além desta forma de valorização, e também com o intuito de incentivar o seu empenho e a dedicação na realização de tarefas, os docentes reforçam positivamente os pequenos êxitos, recorrendo o Agrupamento à exposição de trabalhos e à sua divulgação na sua página da *internet* e em *blogs*.

Em conclusão: A ação do Agrupamento, que produziu, no global, resultados dentro do valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e os níveis de satisfação positivos, expressos nas respostas dos pais e encarregados de educação, dos alunos e dos profissionais aos questionários justificam a atribuição de **BOM** no domínio dos Resultados.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A articulação curricular, sobretudo ao nível vertical, é apontada como uma debilidade. A organização das estruturas pedagógicas em subgrupos (conselhos de ano, no 1.º ciclo, e grupos de recrutamento, nos 2.º e 3.º ciclos) e a atribuição de tempos comuns de trabalho foram medidas adotadas para facilitar a cooperação entre os docentes, vindo a aplicação do Novo Programa de Matemática e a adesão ao Programa Nacional para o Ensino do Português impulsionar a mesma dinâmica. Os encontros preparatórios entre os coordenadores de departamento e de estes com os respetivos coordenadores de grupo de recrutamento concorrem para a uniformização de procedimentos e para o tratamento de assuntos de cariz mais administrativo, libertando as reuniões parcelares para um trabalho efetivo de estruturação do ensino e da aprendizagem. Existem, no entanto, departamentos curriculares que, pela sua dimensão, funcionam, de preferência, em plenário, como sucede nos departamentos curriculares da educação pré-escolar e de ciências sociais e humanas.

Assim, a elaboração das planificações de médio e longo prazo e a definição dos critérios de avaliação e das atividades a integrar no plano anual de atividades (PAA) estão a cargo dos grupos disciplinares. Contudo, o departamento curricular continua a ser o centro aglutinador das deliberações, ainda que, face à orgânica referida, se perca alguma transversalidade na discussão das temáticas.



É ao nível dos projetos curriculares de turma (PCT) e do PAA que a articulação vertical ganha maior consistência. Sobressaem colaborações entre as disciplinas de História e Geografia, de Inglês e Matemática e de Língua Portuguesa e Educação Visual e Tecnológica e entre estabelecimentos de educação e de ensino próximos (EB1/JI da Vendinha). A direção solicitou aos conselhos de turma do 5.º A e do 7.º A uma maior acuidade nesta vertente, de forma a serem destacadas boas práticas de atuação, a alargar a todas as turmas. O espírito cooperativo entre os pares está bem patente no desenvolvimento de projetos de grande envergadura, como a comemoração do Centenário da República ou a adesão ao *Projeto Educativo do Património de Évora*. Não é, no entanto, tão notório no que respeita à produção de materiais de ensino e de instrumentos de avaliação, à reflexão da prática pedagógica e à difusão de ações relevantes. Estes constituem aspetos fundamentais de sucesso, só alcançados nas estruturas do 1.º ciclo. Na realização das atividades de enriquecimento curricular, cuja entidade promotora é a Câmara Municipal de Évora, existe articulação com os coordenadores de departamento curricular respetivos, através de técnicos coordenadores de área.

Já no que concerne ao percurso escolar dos alunos, estão garantidas formas consistentes e partilhadas de transmissão da informação, sobressaindo os contactos entre os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, os professores que lecionaram o 4.º ano e os diretores de turma do 5.º ano e entre os diretores de turma dos 6.º e 7.º anos como formas que agilizam a comunicação. Também são disponibilizados dados pertinentes sobre os desempenhos das crianças/alunos e dos grupos/turmas, através de documentos de registo das áreas/conteúdos deficitários, de final do 1.º ciclo, e dos projetos curriculares de grupo (PCG) e dos PCT, embora nestes não o sejam com clareza.

As ações insertas no plano anual de atividades, alinhadas com as metas do projeto educativo (PE), contribuem para a consecução dos seus objetivos e integram algumas componentes locais e regionais no currículo, em consonância com uma das metas do PE, *Adequar o currículo ao meio*.

PRÁTICAS DE ENSINO

Em sede de conselho de turma, os docentes adequam as planificações à realidade individual e global dos alunos, tal como acontece com os titulares de grupo/turma na educação pré-escolar e no 1.º ciclo. A análise das competências desenvolvidas pelas crianças, dos resultados escolares e dos dados da avaliação diagnóstica e formativa contribui para a regulação do processo de ensino e de aprendizagem. Os PCG e os PCT, não obstante espelharem, de forma muito sucinta, aquelas adaptações e de serem objeto de avaliação e de reformulação regulares, são, todavia, residuais quanto à indicação de estratégias e de práticas de diferenciação pedagógica, com vista à superação de dificuldades e ao reforço das potencialidades dos alunos. Estas informações constam, sobretudo, nos planos de recuperação e de acompanhamento, onde a pedagogia diferenciada em sala de aula, o programa de tutoria de apoio, as atividades de compensação e as aulas de recuperação surgem como as principais medidas.

Os planos de recuperação e de acompanhamento, a par da diversificação da oferta formativa e da criação de salas de estudo, enformam as opções de melhoria das aprendizagens, tal como é reconhecido pela direção. Contudo, transparecem poucas iniciativas para a valorização dos alunos com maiores capacidades. Registe-se a existência de apenas um plano de desenvolvimento, numa organização que tem como lema *o rumo à excelência*.

O Agrupamento dispõe de docentes de educação especial e de professores com tempos para apoio educativo, os quais rentabiliza de acordo com as necessidades da população escolar. Embora os apoios se realizem preferencialmente em contexto de sala de aula, por vezes, os alunos são retirados das turmas e agrupados, sendo alguns dos referenciados com necessidades educativas especiais (NEE) apoiados por docentes do ensino regular. De acordo com as especificidades destes casos, recorre-se aos técnicos especializados da Unidade de Apoio à Multideficiência e de instituições parceiras (Associação de Paralisia Cerebral de Évora), tanto no que concerne à avaliação como à conceção dos programas educativos individuais e à aplicação de terapêuticas. Constata-se uma interligação profícua entre todas as estruturas de apoio, concretizada em sede de conselho de turma e de departamento curricular.



A oferta educativa própria, nos domínios da música e da dança (ensino artístico), os clubes como o do azulejo, os projetos de embelezamento de espaços, as atividades de enriquecimento curricular e o desporto escolar ilustram a importância conferida à dimensão artística no desenvolvimento integral dos discentes. As metodologias ativas centram-se na realização de projetos e na componente formativa dos cursos de educação formação e das turmas de percursos curriculares alternativos, estando a atividade experimental restrita ao cumprimento programático, nos 2.º e 3.º ciclos, e à consecução de ações periódicas, como a Feira dos Minerais e o Prémio Ilídio Pinho. Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, pese ainda a existência de material específico, o ensino experimental das ciências carece de uma maior dinamização, numa perspetiva de continuidade.

Os constrangimentos físicos do edifício da escola-sede têm prejudicado a instalação de equipamentos informáticos, com implicações na sua utilização em contexto de aula. Os quadros interativos, em número reduzido, não estão a ser aproveitados em todas as suas potencialidades. A gestão criteriosa do tempo escolar garante uma distribuição equilibrada das atividades de enriquecimento/complemento curricular e de apoio educativo, permitindo a todos os discentes a participação nas mesmas, inclusive os que são transportados.

Não existem práticas sistemáticas e continuadas de supervisão da prática letiva. A monitorização e a orientação da lecionação têm decorrido, em exclusivo, da deteção de situações de fragilidade e de incumprimento. Nestas circunstâncias, os coordenadores de departamento curricular desenvolveram um acompanhamento de proximidade, ao nível da planificação, da preparação de aulas e da construção de instrumentos de avaliação, tendo sido, então, efetuada a observação de aulas.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Encontram-se definidos, por ano de escolaridade e por disciplina, os critérios de avaliação, atendendo às competências específicas e aos domínios de aprendizagem. Foram, de igual forma, estruturados os perfis de aprendizagem/aquisição de competências, em relação com a respetiva escala de avaliação. Porém, nem todas as disciplinas estabeleceram as ponderações a atribuir às áreas do conhecimento, das capacidades e das atitudes e dos valores. A avaliação diagnóstica, formativa e sumativa são as modalidades em que os docentes se apoiam para reorientarem os processos de ensino. A autoavaliação, realizada em quase todas as disciplinas, por escrito ou oralmente, é um bom indicador do modo como os alunos se posicionam perante os seus desempenhos.

As provas de avaliação externa são encaradas como um mecanismo de validação dos resultados internos. Em complemento, o Agrupamento aderiu aos testes intermédios, produzidos pelo GAVE. Excecionalmente, são elaborados instrumentos de avaliação e definidos critérios de correção em comum.

A avaliação da eficácia das medidas adotadas nos PCT e dos apoios educativos, nos conselhos de turma e nos departamentos curriculares, baseia-se, em grande medida, na perceção dos agentes envolvidos. Embora considerem que as taxas de sucesso são elevadas, acima dos 90%, tal percentagem não se suporta em dados concretos.

A diversificação da oferta educativa, adequando os percursos académicos às necessidades dos alunos e das famílias, tem contribuído para a redução da taxa de abandono escolar, que, neste momento, atinge valores residuais.

Em síntese: A ação do Agrupamento, em termos de planificação, práticas de ensino, monitorização e avaliação das aprendizagens, tem contribuído para uma melhoria dos desempenhos das crianças e dos alunos. O Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM**, no domínio da Prestação do Serviço Educativo.



3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A visão estratégica, patente no projeto educativo, concebido para o triénio 2010-2011 a 2012-2013, com base no projeto de intervenção da diretora, não aponta para uma cultura autoavaliativa da organização. Apesar das oito metas definidas, e operacionalizadas em objetivos e estratégias, as mesmas não se encontram hierarquizadas e calendarizadas nem preveem indicadores, o que interfere com a avaliação.

O PAA está organizado por temáticas e inclui um vasto conjunto de atividades relacionadas com os objetivos do PE, que mobilizam a comunidade e perspetivam a consolidação do sentido de pertença, designadamente a comemoração de datas festivas (Halloween, Natal, Carnaval e encerramento do ano letivo). Enquanto instrumento de ação estratégica, aquele documento não tem sido submetido a uma avaliação global, donde a impossibilidade de conhecer a pertinência e o contributo das iniciativas na concretização das metas do PE.

A instituição tem uma boa liderança, como ficou demonstrado nos questionários de satisfação aplicados (71% dos docentes e 81% dos não docentes responderam concordo/concordam totalmente), ainda que, por vezes, a direção tome decisões que não reúnem consenso, como sucedeu relativamente à adoção dos testes intermédios, em 2010-2011. Revela, por outro lado, capacidade para delegar competências e responsabilidades, como o confirmam 70% do corpo docente e 83% do pessoal não docente, conferindo autonomia, assente numa supervisão próxima do trabalho

Os responsáveis estão abertos a propostas e a iniciativas com reflexo na diversificação da oferta educativa e no aprofundamento de experiências de aprendizagem. Daí que tenham aderido a programas e projetos, de âmbito local (*Projeto Educativo do Património de Évora*), regional (*Projeto A BILHA*), nacional (*Programa CUIDA-TE, Parlamento dos Jovens, Jogos de Matemática, Plano Nacional da Leitura, Programa ECO-ESCOLAS e Escola-Eletrão*) e internacional (*Atlas da Diversidade* - com prémios de mérito nos dois últimos anos).

Existem várias parcerias e protocolos com entidades públicas e privadas, para uma melhor rentabilização de recursos e para uma intervenção conjunta e articulada. A interação tem sido positiva para o desenvolvimento de ações de carácter formativo e para o apoio a projetos específicos e a alunos com necessidades educativas, concorrendo para a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado. Destaca-se a ligação com a Câmara Municipal de Évora (fornecimento de refeições aos alunos dos jardins de infância e do 1.º ciclo, implementação das atividades de enriquecimento curricular); a Universidade de Évora (realização da prática de ensino supervisionada); Cruz Vermelha Portuguesa (programas de competências sociais - Projeto Abrir Caminhos); Bombeiros Voluntários de Évora (colaboração no curso de educação e formação de Proteção e Prestação de Socorros); Conservatório Regional de Évora *EBORAE MUSICA* (ensino artístico da música); Associação de Paralisia Cerebral de Évora (apoios terapêuticos do centro de recursos para a inclusão); Administração Regional de Saúde de Évora, em articulação com o Centro de Saúde e o Hospital Distrital de Évora; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (combate ao abandono e integração de crianças e jovens).

A direção atende às solicitações dos membros da comunidade escolar, responde ao que lhe é solicitado e revela capacidade para gerir e conflitos, como reconhecida por 66% dos docentes e 86% dos não docentes, contribuindo, assim, para um clima relacional avaliado como positivo.

GESTÃO

A direção tem em conta as competências pessoais e profissionais dos trabalhadores, na sua gestão. No tocante aos docentes, a distribuição de serviço privilegia a continuidade pedagógica, a experiência e o perfil dos mesmos, em função das características das turmas dos diversos cursos. Ao cargo de diretor de turma é dada uma atenção especial.



Os critérios, previstos no projeto curricular de agrupamento, que presidem à afetação dos assistentes operacionais às tarefas, prendem-se, sobretudo, com as suas aptidões e conhecimentos individuais e com as necessidades das unidades agrupadas. Na distribuição de serviço é envolvida a encarregada operacional, procurando-se que a rotatividade de funções seja também um princípio a prosseguir. Os serviços administrativos encontram-se organizados por áreas, às quais os assistentes técnicos foram adstritos segundo a sua formação, detendo, no entanto, competências para o desempenho de outras funções, nos casos em que isso se venha a revelar imprescindível.

Da análise dos resultados escolares, resultou a tomada de decisões ao nível das medidas de apoio e da elaboração dos horários dos docentes e dos alunos. De forma concertada com a autarquia, os transportes escolares foram ajustados às necessidades dos alunos e da organização escolar, no que respeita, nomeadamente, às atividades letivas e de enriquecimento/complemento curricular.

Em termos da formação aos trabalhadores, é feito o levantamento das ações e depois comunicado ao centro de formação *Beatriz Serpa Pinto*, em Évora, e à autarquia. Como resposta a lacunas apontadas, têm sido promovidas algumas iniciativas internas, sobre temáticas relacionadas com a utilização do quadro interativo, o novo acordo ortográfico, a comunicação não verbal, a indisciplina e a violência.

A página *Web* e os diversos *blogs* facilitam a difusão, interna e externa, dos documentos orientadores e de prestação de contas e de elementos sobre a estrutura funcional do Agrupamento, bem como dos eventos levados a efeito. A circulação da informação entre os agentes educativos e as unidades orgânicas processa-se, preferencialmente, por correio eletrónico, embora os mecanismos utilizados careçam de uma maior agilização, tal como assinalado por membros da comunidade escolar.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A autoavaliação tem estado a cargo da equipa AVAL.I.A.R (Avaliação Interna André de Resende), criada em 2003-2004. Esta sofreu, ao longo dos anos, descontinuidades, quer na sua constituição, quer no trabalho desenvolvido. Apesar de existirem práticas sistemáticas de autoavaliação dos resultados escolares e de terem sido aplicados questionários sobre o clima de escola, o processo avaliativo não está consolidado. A ausência de um dispositivo de estudo abrangente inviabilizou uma definição clara dos pontos fortes e das áreas de melhoria. Em consequência, o impacto da autoavaliação nas práticas organizativas e pedagógicas não tem tido a eficácia pretendida.

Todavia, os aspetos identificados como debilidades, tanto na avaliação externa de 2007 como nos relatórios de avaliação interna, foram alvo de intervenção. A reformulação de matrizes e um maior rigor na recolha de dados de avaliação dos planos de recuperação e de acompanhamento, a realização de estudos sobre a indisciplina permitiram um diagnóstico mais sustentado, mas parcelar, da realidade do Agrupamento e a implementação de medidas potenciadoras de metodologias de trabalho colaborativo.

A atual equipa de autoavaliação integra representantes dos professores dos diferentes ciclos, dos trabalhadores não docentes, dos pais e encarregados de educação, um elemento da direção e a presidente do Conselho Geral. Não obstante esta circunstância, a equipa não considera que a presença dos membros dos órgãos de direção, administração e gestão ponha em causa a objetividade e a isenção na condução do processo.

Por sugestão de alguns elementos da equipa, a direção contratualizou, em setembro de 2011, uma assessoria externa para apoiar a implementação do modelo CAF (Common Assessment Framework), metodologia apresentada no início do presente ano letivo, em reunião geral de docentes e não docentes. A equipa assume estar no ponto “zero”, encontrando-se numa fase de formação, de definição dos indicadores de estudo e de recolha de dados, se bem que continue a trabalhar paralelamente na análise dos resultados escolares.



A CAF é encarada como uma ferramenta crucial de autoavaliação para o desenvolvimento de um processo de avaliação interna, consistente e alargado, sobre o funcionamento e o desempenho do Agrupamento.

Em conclusão: A prevalência de pontos fortes na maioria dos campos em análise e as ações positivas desenvolvidas com vista à melhoria das aprendizagens, dos resultados e dos percursos escolares dos alunos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio da Liderança e Gestão.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A disponibilidade e a abertura da direção, na auscultação dos agentes educativos, para a resolução dos problemas da organização escolar;
- A valorização do mérito, como incentivo à melhoria dos resultados escolares e reforço da autoestima dos alunos;
- A participação ativa dos discentes em campanhas de solidariedade e em outras ações de envolvimento da comunidade, contribuindo para sua formação cívica;
- A adesão a projetos e a celebração de parcerias, com vista à rentabilização dos recursos, garantindo, nomeadamente, respostas adequadas às necessidades dos alunos;
- O alargamento da oferta educativa, com reflexos no sucesso académico e na prevenção do abandono escolar;
- A organização equilibrada entre atividades letivas e de enriquecimento/complemento curricular, proporcionando a todos os alunos oportunidades para a realização de experiências mais diversificadas;
- Os mecanismos de transmissão de informação sobre as crianças e os alunos, de modo a contribuir para uma melhor transição entre níveis e ciclos de educação e de ensino e para uma sequencialidade mais consistente das aprendizagens.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- O envolvimento de toda a comunidade educativa na elaboração dos documentos estruturantes;
- O reforço dos procedimentos de articulação vertical, ao nível da gestão do currículo;
- O aprofundamento do trabalho colaborativo, na construção de instrumentos de avaliação e matrizes de correção;
- A adoção de práticas regulares de monitorização e de supervisão da prática pedagógica;
- A implementação do ensino experimental das ciências, em contexto de sala de atividades/aula, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo;
- A agilização dos circuitos de comunicação interna;
- A consolidação do processo de avaliação interna, com a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria.



A Equipa de Avaliação Externa:

Conceição Ribeiro, Rui Atanásio, Isabel Fialho